



247

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo n.º 0208467-1/01

Juízo Originário: Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

Juiz Sentenciante: Dr. Josilton Antônio Silva Reis

Recorrente: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procuradora: Drª. Fernanda Gonçalves Braga

Recorrida: EMPRESAS PROCONFORTO IND. COM. LTDA

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

5708

EMENTA: TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA POR PARTE DO EXEQUENTE HÁ MAIS DE CINCO ANOS - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - POSSIBILIDADE DE SER DECRETADA *EX OFFICIO* - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

- 1 - É pacífico o entendimento de que é possível a decretação *ex officio* da prescrição intercorrente, mesmo quando se tratar de direito patrimonial, quando o exequente deixou de diligenciar acerca dos seus créditos por mais de cinco anos.
- 2 - Recurso de Agravo improvido.
- 3 - Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0208467-1/01, em que figuram como recorrente o Estado de Pernambuco e como recorrido Empresas Proconforto Ind. Com. Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso de agravo acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, confirmando a decisão terminativa proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 18/05/2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator

247/A



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo n.º 0208467-1/01

Juízo Originário: Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

Juiz Sentenciante: Dr. Josilton Antônio Silva Reis

Recorrente: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procuradora: Drª. Fernanda Gonçalves Braga

Recorrida: EMPRESAS PROCONFORTO IND. COM. LTDA

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão terminativa proferida em sede de Apelação Cível, que negou seguimento ao recurso, confirmando a sentença exarada em convergência com a pacífica jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça.

No feito executivo de origem, o magistrado de primeiro grau decretou de ofício a extinção do processo, sob o argumento de que o crédito tributário executado estava envolvido pelo manto do instituto da prescrição intercorrente.

Analisando a apelação cível, este relator monocraticamente resolveu por bem negar seguimento ao recurso, reconhecendo a prescrição suscitada na decisão de primeiro grau.

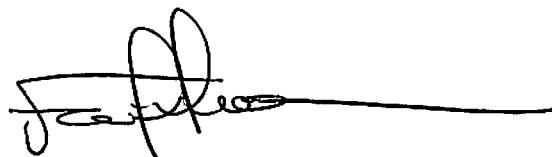
Contrário a terminativa exarada nos autos, interpôs a Fazenda Estadual o presente recurso de agravo objetivando a reforma integral da decisão em referência sob o argumento de que não deveria ser afastada na espécie a aplicação da súmula 106 do STJ, haja vista que a culpa pela demora na condução do feito executivo deveria ser imputada a lentidão da máquina judiciária já que não providenciado o devido impulso oficial do processo.

Ao final, requer que seja exercido juízo de retratação, ou 247/B  
que sejam os autos remetidos a câmara para julgamento.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao  
julgamento desta 7ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 18/05/2010



*Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos*  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo n.º 0208467-1/01

Juízo Originário: Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina

Juiz Sentenciante: Dr. Josilton Antônio Silva Reis

Recorrente: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procuradora: Drª. Fernanda Gonçalves Braga

Recorrida: EMPRESAS PROCONFORTO IND. COM. LTDA

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**VOTO**

O inconformismo do recorrente reside contra decisão terminativa que, nos autos da ação de execução fiscal, negou seguimento ao recurso interposto, para confirmar a sentença proferida em todos os seus termos e fundamentos, tendo-a como proferida em convergência com a pacificada jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Competiria à Fazenda Pública, **dentro do prazo prescricional**, proceder aos atos de propulsão processual, porém permaneceu inerte por mais de 05 (cinco) anos, dando ensejo, em razão da sua negligência, à deflagração da prescrição intercorrente, não devendo incidir na espécie, por via de consequência, ante a flagrante inércia do Fisco na condução da ação executiva, os ditames da Súmula 106 do STJ.

Logo, paralisado o processo executivo fiscal por mais de 05 (cinco) anos, sem qualquer promoção da parte interessada, **"deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que afronta os princípios informadores do sistema tributário a prescrição indefinida"**. (STJ - AGRESP nº 617876, Órgão Julgador: Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ: 31.05.2004)

Em face de tais razões, resta mais do que evidente a incidência da prescrição intercorrente a fulminar a pretensão jurisprudencial do exeqüente nos autos em análise, pois se quedou inerte ao longo de todo o prazo quinquenal sem que efetivasse qualquer diligência ou manifestação processual com o fito de resgatar o crédito tributário perseguido.

Resta ainda descabida a aplicação da Súmula nº 106 do STJ em razão da manifesta desídia da parte exeqüente na busca de seu crédito tributário, pois sequer ocupou-se em sanar a lacuna processual.

No presente caso, reafirmo que a única responsável pela ocorrência da prescrição foi a Fazenda Estadual, na medida em que ao ver se esvaír o prazo prescricional, não promoveu qualquer ato ou diligência necessária ao andamento do processo, pois, ainda que conclusos os autos ao julgador, remanesce o dever do exeqüente de acompanhar a ação executiva, peticionando nos autos as reclamações contra a eventual inércia da máquina judicial.

Entende o STJ que em sede de execução fiscal o princípio do impulso oficial não é absoluto, cabendo ao credor movimentar a máquina judiciária, zelando pelo regular andamento do feito, com a prática de atos processuais pertinentes dentro do quinquênio estabelecido em lei. (Resp. 502.732/PR, 2ªt., Rel.: Min. Franciulli Netto, DJ: 29.03.2004).

A respeito da presente matéria, o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na apreciação de caso análogo, manifestou-se nestes termos:

**EMENTA:** DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE OFÍCIO. NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 219, § 5º, DO CPC. ARTIGO 462 DO CPC. POSSIBILIDADE.

- Em sede de execução fiscal a prescrição pode ser decretada de ofício, independentemente de provocação da parte, com amparo no disposto no artigo 219, § 5º, do CPC, observada a redação da Lei 11.280/06, tratando-se de norma de ordem pública, aplicável aos processos em curso. Aplicação do artigo 462 do CPC. Apelação a que se nega seguimento. (TJRS. Apelação Cível Nº 70026706531, Vigésima Segunda Câmara Cível, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 17/11/2008).

Por oportuno, vale destacar o julgado (publicado em 23.04.2008) pinçado do magistério jurisprudencial do Superior Tribunal

250

de Justiça a respeito do tema versado nos presentes autos, que espelha com clareza e precisão o entendimento ora adotado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. PARALISAÇÃO DO FEITO POR MAIS DE CINCO ANOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Configura-se a prescrição intercorrente quando transcorrer mais de cinco anos entre a citação válida dos executados e a constrição judicial do bem.

2. "Interrompida a prescrição com a citação pessoal do devedor, não havendo bens a penhorar, o exeqüente pode valer-se da suspensão de que trata o art. 40 da LEF" (REsp 686.684/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 3.10.2005).

3. Por força dos princípios da segurança e estabilidade das relações jurídicas, a interrupção da prescrição por prazo indeterminado não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico.

4. A tese do exeqüente no sentido de que o Fisco não deu causa à paralisação do feito não pode ser analisada em sede de recurso especial, por demandar a reapreciação de circunstâncias fáticas da causa, o que, no entanto, é vedado pela Súmula 7/STJ.

5. Na hipótese dos autos, apesar de ter ocorrido a citação válida do executado, tendo sido, inclusive, nomeado bem à penhora pela empresa executada, o processo de execução ficou paralisado por mais de sete anos, operando-se, pois, a prescrição intercorrente.

6. Recurso especial desprovido. (Resp 811300/RS. Relator(a): Ministra DENISE ARRUDA. Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA. Data da Publicação/Fonte DJe 23/04/2008).(grifo nosso)

Assim, em face de todo o exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente recurso de agravo, para manter a decisão terminativa anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 18/05/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator